

Síntese da imprensa periódica na província de Cabo Verde

Júlia Pereira Tarragó – Aluna de IC da PUCRS
Antonio Hohlfeldt – Professor da PUCRS

Resumo

O trabalho busca realizar uma síntese histórica do surgimento da imprensa e do jornalismo em Cabo Verde, estudando o contexto histórico em que tais acontecimentos ocorreram. Destaca-se, nitidamente, uma forte tendência ao jornalismo literário nesta antiga colônia de Portugal, cuja imprensa tem características diferentes em relação às demais colônias lusas. Este trabalho se insere numa pesquisa de âmbito maior sobre o jornalismo luso-brasileiro. Neste caso, trata-se do subprojeto sobre imprensa de colônias de expressão portuguesa.

Palavras-chave: história da imprensa luso-brasileira; história da imprensa de Cabo Verde; história do jornalismo; teoria do jornalismo

No começo, a Imprensa oficial

No ano de 1836, o Marquês de Sá da Bandeira, Bernardo Sá Nogueira, determina, através do artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações que transmitam informações necessárias aos residentes das respectivas colônias, em âmbito legal, comercial e geral (LOURENÇO *apud* HOHLFELDT, 2009). Neste contexto, a primeira tipografia da colônia de Cabo Verde foi enviada pelo Ministério da Marinha e Ultramar português, no ano de 1842, quando então começou a funcionar na ilha da Boa Vista, a Typographia Nacional (GONÇALVES, 1966).

O início da imprensa periódica em Cabo Verde é dado com a publicação do primeiro número do Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde, que circulou no arquipélago com a data de 24 de agosto de 1842. Tal exemplar era composto de quatro páginas, divididas em duas seções: “Interior” e “Exterior”. Esta última se detinha nas notícias vindas do estrangeiro, publicando-se resumos do que era apresentado em folhas de Portugal, França e Inglaterra, chegadas ao arquipélago “pela última embarcação” – denotando a intenção informativa do Boletim (GONÇALVES, 1966).

A seção “Interior” compreendia duas partes, designadas *parte oficial* e *parte não oficial*. Na primeira edição, a *parte oficial* apresenta um diploma relativo às eleições para

deputados da metrópole, enquanto a *não oficial* continha uma espécie de programa ou manifesto do jornal, explicando que o Boletim se encarregaria de publicar “Ordens e Peças Officiais do Governo da Província, e bem assim as Leis especiais, e os extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministério aos governos do Ultramar”, e que também notícias marítimas, preços correntes, informações estatísticas, entre outras, seriam conteúdo do periódico (GONÇALVES, 1966, p.143).

Na parte *não oficial*, ainda, o redator detinha-se em exaltar os benefícios que traria à população cabo-verdiana tal publicação:

Raiou felizmente para esta Província uma nova era de ilustração; o Governo de Sua Magestade sempre sollicito pelo bem dos súbditos da mesma Augusta Senhora [D. Maria II] não podia por mais tempo consentir que continuasse a ignorância em que o povo de Cabo Verde se achava engolfado. Já agora temos entre nós a Imprensa, este grande vehiculo das luzes e da sciencia; já agora não será esta província governada por disposições que, pela maior parte ficam sepultadas nos archivos das Câmeras Municipais, onde ninguém as ia ler, ou só eram conhecidas por cópias adulteradas pela ignorância: parabéns, pois, Cabo-Verdianos! livres pela civilização dos nossos irmãos da Europa, vós ides dever a vossa civilização à Liberdade que a não ser Ella, ainda hoje se não teriam rasgados as densas nuvens do obscurantismo que ennegreciam esta Província (Boletim Oficial, 1842 *apud*. GONÇALVES, 1966, p.143).

A periodicidade do Boletim Oficial só se fixou a partir de sua edição 33, datada de 27 de maio de 1843, quando passou a ser publicado semanalmente, aos sábados. Naquele período, o local a partir de onde se editava o boletim variava conforme a residência do Governador Geral, ora na localidade de Boa Vista, ora na Vila da Praia, tendo sido impresso também na ilha Brava (GONÇALVES, 1966). É interessante apontar que, até 1880, este Boletim servia igualmente à Guiné Portuguesa, só deixando de abranger aquela região quando houve a desanexação da Guiné do governo da colônia de Cabo Verde, em 1879.

Situando o arquipélago: Geografia e história

O Cabo Verde é um arquipélago que se situa na zona tropical do Oceano Atlântico norte, distante cerca de 450 a 500 quilômetros da costa africana, na altura do atual Senegal – mais precisamente, na posição cartográfica entre as latitudes de 14° 23’ e 17° 12’ Norte e as longitudes de 22° 40’ e 25° 22’ Oeste. São dez ilhas e cerca de cinco ilhotas de origem vulcânica, que somam uma área total de 4033,37 km² de terras

emersas (AMARAL, 1991). Estas dez ilhas são divididas em dois grupos, as de Barlavento – Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista – e as de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

Esta divisão, que usa termos náuticos, é feita com base no posicionamento das ilhas em relação à disposição do arquipélago e os ventos que o acometem. Denomina-se *barlavento* o lado do barco, no caso, do arquipélago, que recebe o vento – as ilhas ao norte e leste; já *sotavento* é o outro, o lado que *solta* o vento, as ilhas cabo-verdianas ao sul do arquipélago.

Minado de controvérsias até os dias atuais, sobre as que não cabe aqui a discussão, o descobrimento do arquipélago, segundo autores utilizados como referência para este artigo, se deu pela ilha de Santiago, nomeada assim, supostamente por ter sido avistada pela primeira vez em 1º de maio de 1460, pelos navegadores Diogo Gomes e António da Noli. Segundo Albuquerque (1991, p. 36), “o descobrimento ter-se-ia dado (...) no dia 1º de maio de 1460, pois se sabe que ele ocorreu quando D. Henrique ainda vivia e só com o descobrimento naquele dia se justificará o nome dado à massa insular encontrada”, sendo este, à época, o dia de São Tiago para os católicos.

No feito, ambos navegadores estavam a serviço da coroa portuguesa quando, cada um em sua embarcação, avistaram “ilhas no mar”, ou seja, parte do que é Cabo Verde. Já idoso, provavelmente nos três últimos anos do século XV, o navegador Diogo Gomes compartilha com Martin Behaim o relato que, depois, foi registrado em manuscrito, por Valentin Fernandes, onde conta como sucedeu sua chegada a ilha de Santiago:

(...) Como a minha caravela era mais veleira do que a outra, cheguei primeiro a uma daquelas ilhas. Vi areia branca e pareceu-me um bom porto, onde fundeei e o mesmo fez António. Disse-lhe que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz. Não vimos ali sinal algum de homens, e chamamos a ilha Santiago; assim se chama até hoje (ALBUQUERQUE, p.35).

O arquipélago, a época de seu achamento, como dizem os portugueses, não aparentava maior atrativo de povoamento, a não ser pela sua posição no Oceano Atlântico: defronte à Guiné, na época, também colônia portuguesa, qualificava-se para ser utilizado como base para o comércio com o continente (COSTA E SILVA, p. 232). Com a chegada dos europeus à América do Sul, Cabo Verde tornou-se uma importante escala transatlântica e também a feitoria mais segura – justo por ser um arquipélago sem população nativa -

para o comércio de escravos, tanto para portugueses quanto para espanhóis, bem como entreposto para navios que ligavam Portugal ao Brasil (COSTA E SILVA, 2002, p. 232).

A princípio, a população cabo-verdiana foi formada por degredados, condenados e indultados portugueses, judeus ibéricos expulsos e fugidos, mercadores de escravos e aventureiros e exploradores de diferentes nacionalidades que o visitaram (SANTILLI, 2007). No período, saía-se de sua terra natal para melhorar de vida e, se possível, enriquecer, ou seja, ter acesso ao ouro, o que tirava o árido arquipélago do destino de tais indivíduos ambiciosos e aventureiros, pois lá viveriam de plantios e criações, limitados pela geografia (COSTA E SILVA, 2002).

A par disso, e com o objetivo de estimular o povoamento da ilha de Santiago, o governo português tornou pública uma carta régia, em 12 de junho de 1466, pela qual concedia a seus moradores autorização para comerciarem na Costa da Guiné, o que representava grande privilégio, dado que as atividades comerciais nos litorais africanos eram de exclusividade régia, permitidas apenas com licença da coroa portuguesa (COSTA E SILVA, p. 233).

Assim, os escravos embarcados na Guiné foram de suma importância para o crescimento da população, pois estes eram trocados por bens vindos da Europa, no porto da Ribeira Grande, ilha de Santiago, abastecendo, então, de alimentos, bebidas, ferramentas e tecidos os moradores da colônia. Foi tão importante esta permissão de negócios na costa africana, que Alberto da Costa e Silva defende que “o comércio com a Guiné povoou Santiago. De europeus e de africanos” (2002, p. 233).

Primeiras publicações periódicas não oficiais

Tanto quanto seu descobrimento, a definição de qual foi o primeiro periódico não-oficial de Cabo Verde é motivo de dúvidas e divergências entre autores que se acercaram do tema. José Julio Gonçalves discute duas hipóteses para desta discussão. A primeira é defendida por A. X. da Silva Pereira, que aponta o jornal A Justiça, cuja primeira edição diz ter circulado na Cidade da Praia, em 17 de abril de 1876, como a primeira publicação composta e impressa em Cabo Verde. Porém, esta hipótese é logo refutada por Gonçalves, pois não aparece compartilhada por outros autores e também

“carece de fundamento”, ao verificar-se o referido jornal – que apresenta na capa de sua primeira edição a data 17 de abril de 1881 (GONÇALVES, 1966, p.148).

A segunda hipótese é apresentada por Mimoso Moreira, e também anteriormente divulgada por A. X. da Silva Pereira, é tida como a mais provável, “a que nos afigura mais documentada”, afirma Gonçalves. O consenso, então, define que o primeiro jornal não-oficial publicado em Cabo Verde se denominava Independente e apareceu na Cidade da Praia, em 1º de outubro de 1877, quase 40 anos após a edição inicial do Boletim Oficial. Segundo Mimoso Moreira, em seu primeiro editorial, a publicação revelava doutrina liberal e permanecia ainda em circulação em 1889 (PEREIRA 1895).

O segundo jornal independente, a ser editado em Cabo Verde, é unanimidade para três autores: Brito Aranha, Silvo Pereira e Mimoso Moreira. Chamava-se Correio de Cabo Verde e, segundo Silva Pereira, era um “semanário noticioso, literário e político, dedicado aos interesses da província”, tendo circulado pela primeira vez na Cidade da Praia, a 19 de fevereiro de 1879 (GONÇALVES, 1966, p. 149).

O ano de 1880 apresenta três novos jornais em Cabo Verde: O Echo de Cabo Verde (abril), A imprensa (outubro) e Cidade da Praia; os três na localidade da Praia. A estes periódicos se seguiram logo outros, a exemplo do já citado A Justiça (17/04/1883) e também O Protesto (04/02/1883), O Povo Praiseiro (13/06/1886), O Praiseiro (1889) e Praia (1889) (GONÇALVES, 1966). Brito Aranha traçaria, em 1885, um primeiro quadro cronológico comentado da imprensa de Cabo Verde, que se faz interessante reproduzir:

1. Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde. Cidade da Praia, 1842;
2. Independente. Político. Cidade da Praia, 1877;
3. Correio de Cabo Verde. Político e noticioso. Cidade da Praia, 1879;
4. Echo de Cabo Verde. Político e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
5. Imprensa. Comercial, industrial e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
6. O Protesto. Político. Cidade da Praia, 1883, (GONÇALVES,1966).

Como se vê, todas as publicações circulavam exclusivamente a partir da localidade da Praia.

O século XX, a imprensa periódica e a difusão da cultura

Segundo José Julio Gonçalves, “no dealbar do século XX, a tendência para dotar Cabo Verde de órgãos de imprensa adequados parecia um pouco esbatida” (1966, p. 152). Mas, na verdade, o que se observa, com o correr do século, é que, no início, “estava em forja” um grupo interessado em não só retomar o interesse pela comunicação impressa, jornalística, porém buscar meios mais apropriados para difundir a cultura cabo-verdiana. Intelectuais que queriam fixar em letra de forma uma literatura que existira até então apenas na oralidade, e que estavam dispostos a se comunicar, que desejavam informar e ser informados, tomou iniciativas importantes.

Surgem, assim, algumas publicações de destaque, a partir da década de 1920. Em 1924, aparece o jornal patriótico comemorativo Vasco da Gama, e nove anos depois, o quinzenário Defesa, seguido um mês depois por outro quinzenário, o regionalista Ressurgimento, publicado na ilha de Santo Antão, a 19 de dezembro de 1933. Este último era dirigido por R. Nobre de Melo e iniciava prática que se mostrou comum entre estes intelectuais, a de formar grupos e através deles gerirem suas publicações – este primeiro atendia pelo nome de “Grupo Ressurgimento” que, segundo Gonçalves, era “designação, por sinal, muito significativa” (1966, p. 152).

Já no Mindelo, ilha de São Vicente, em março de 1936, aparece o primeiro número da revista Claridade, “revista de arte e letras” como se designa o periódico em seu subtítulo. Dirigida pelo escritor Manuel Lopes, a revista se dizia de propriedade do Grupo Claridade, o qual, pelo tempo e pela importância que a publicação representou à comunicação e literatura de Cabo Verde, levou à designação de seus participantes como *claridosos*. Tal revista teria se inspirado no sonho de Jaime de Figueiredo e sua não-concretizada revista Atlanta (FERREIRA *apud* GONÇALVES), para veicular as principais idéias daquela comunidade, através da literatura impressa. Um dos fundadores da revista Claridade, Baltasar Lopes da Silva, relembra, quando se deu a celebração do cinquentenário de aparecimento da revista, que o arquipélago estagnara seu desenvolvimento na década de 1930, sendo esta uma preocupação longamente alimentada pelo grupo, que estava “em nítida posição contestatória perante a orientação política” que a colônia de Cabo Verde assumira em tal período (SANTILLI, 2002, p. 17).

Embora alcançando apenas nove edições, guardando uma periodicidade irregular, a revista Claridade abriu caminho para um novo posicionamento do cidadão cabo-verdiano dentro de sua conjuntura, fazendo-se importante, não somente por dar espaço à produção literária local, mas também por estimular e mostrar, para a população que eram eles cidadãos de uma pátria única, e que sobre ela deveriam refletir.

Ainda na década de 1930, publicava-se o quinzenário Notícias de Cabo Verde, dirigido por Manuel Joaquim Mouta e que, segundo Gonçalves, “passou vicissitudes várias”, mas do qual não encontramos outras informações (p.153).

A Segunda Guerra mundial impôs aos moradores do arquipélago problemas de sobrevivência, não só aos menos afortunados, mas também à elite cultural e suas atividades. Também a ditadura do Estado Novo salazarista tornou as coisas muito difíceis para quem quisesse se expressar livremente. Graças a tais contextos, somente em 1944 surge outras iniciativas tão significativas em conteúdo quanto a dos grupos Ressurgimento e Claridade. Foi de dentro do Liceu de São Vicente que saiu a revista Certeza, que trouxe alma nova à vida intelectual das ilhas, através dos anseios e ideais de alunos engajados. Gonçalves observa que Cabo Verde possuía, a época da publicação das revistas e de seu livro, uma aristocracia intelectual formada exclusivamente nos liceus locais e das universidades metropolitanas (1966, p. 153).

Mesmo providos de poucos recursos técnicos, os intelectuais cabo-verdianos estavam sempre buscando novos meios de comunicação e expressão, e é dessa inquietude que nasce, em 1949, o boletim Cabo Verde (FERREIRA *apud* GONÇALVES). Com ele, dava-se continuidade à já tradicional disposição dos intelectuais de se juntarem em torno do meio de comunicação disponível, por assim dizer, para, através dele, informar e ser informados. Ainda que com uma periodicidade falha, em 1958 o boletim começa a publicar o seu Suplemento Cultural.

Assim, uma característica desse período serão as publicações dos liceus. Em 1959, no Mindelo, ilha de São Vicente, iniciou-se a edição do Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, a que se seguiu, em 1966, na Cidade da Praia, ilha de Santiago, a circulação do jornal escolar Mais Além... dos alunos do Liceu Adriano Moreira. Nenhum atingiu o nível de significação da revista Certeza, já citada, mas o importante aí é observar o

interesse do cabo-verdiano em, desde cedo, buscar meios de comunicar-se e expressar-se em sua sociedade, que carecia de tais meios e mídias.

À parte estas manifestações que, em sua maioria, utilizavam a literatura para abordar temas sociais e da atualidade, bem como expressar opiniões pessoais, Cabo Verde careceu de publicações voltadas à informação, ao jornalismo propriamente dito. O jornal Notícias de Cabo Verde que, mesmo respeitado, tinha periodicidade irregular, e os jornais vindos da Metrópole, devido à falta de meios modernos de comunicação, chegavam em sua maioria defasados: mas eram os únicos veículos voltados à informação a que os cabo-verdianos tinham acesso (GONÇALVES, 1966).

Este panorama tem uma melhora com a criação, em agosto de 1962, na Cidade da Praia, do jornal O Arquipélago. De periodicidade regular e cunho informativo, o jornal nasceu da preocupação do então Ministro do Ultramar com tal carência, dentre as publicações cabo-verdianas (GONÇALVES, 1966).

Além das publicações citadas ao longo deste artigo, sabe-se que circularam no Cabo Verde outros títulos periódicos, mas que a bibliografia consultada não chegou a registrar no tempo, como a Revista de Cabo Verde, os jornais Futuro de Cabo Verde, Voz, Acção e Progresso (GONÇALVES, 1966), além de outros mais, que não chegam a ser referenciados pela falta de maiores informações.

Dito isto, reconheça-se, igualmente, que a escassez de periódicos publicados no arquipélago jamais impediu, contudo, a sua valorização, como se pode depreender desta passagem do singelo e até ingênuo poema Um Apelo, de José Lopes, escrito em comemoração ao segundo ano de publicação da revista Cabo Verde que, ao mesmo tempo em que festeja o jornal, reconhece os desafios que a ilha enfrenta:

Um povo sem jornais é um corpo semi-morto,/ Uma nau que
sem leme em vão demanda um porto/ Aos furiais veievéns dum
tormentoso Oceano/ Será um povo escravo e nunca soberano,/ E hoje,
mais que jamais, a única homenagem/ Que se pode render-lhe, é
chamar-lhe selvagem.../ O homem dum povo tal é meio ser humano./
Não sejas tu assim, Irmão Caboverdiano!/ Membro dum povo bom,
inteligente e culto,/ Tens por irmãos de Raça, homens de grande vulto./
Fui, sou teu professor. Dirijo-te este apelo/ Na certeza de que és capaz
de compreendê-lo./ Sabes ler e escrever. Ama, pois, o jornal!/ Não pode
haver maior prazer espiritual./ Mas, ai! posso afirmar que em tal ou tal
sentido,/ Invés de progredir, temos retrocedido...

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Luis de. O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, Luís de. & SANTOS, Maria Emília Madeira (orgs.). *História Geral de Cabo Verde I*. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical/ Praia: Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde, n.º 1, 1991, pgs. 23 a 40. Disponível na *World Wide Web* no sitio: <http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDImg/ShowImage.aspx?q=%2fHistoriaCV%2fHGCV-V1&p=1> e acessado em junho de 2011.
- AMARAL, Ilídio do. Cabo Verde: Introdução Geográfica. In: ALBUQUERQUE, Luís de. & SANTOS, Maria Emília Madeira (orgs.). *História Geral de Cabo Verde I*. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical/ Praia: Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde, n.º 1, 1991, pgs. 1 a 17. Disponível na *World Wide Web* no sitio: <http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDImg/ShowImage.aspx?q=%2fHistoriaCV%2fHGCV-V1&p=1> e acessado em junho de 2011.
- ARANHA, Brito. **Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- FERREIRA, Manuel. **Consciência literária Cabo-Verdiana**, in Estudos Ultramarinos: 1959.
- GONÇALVES, José Júlio. **A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1966.
- HOHLFELDT, Antonio. “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação” in *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, Ano 30, Edição 51, 1º semestre de 2009, ps. 135-154.
- MOREIRA, Mimoso. “História e evolução da imprensa portuguesa no ultramar” in Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 4, Outubro-dezembro de 1941, ps. 167-180.
- PEREIRA, A. X. da Silva. **O jornalismo português – Resenha chronologica**. Lisboa: Typographia Soares, 1895.
- _____. **Os jornais portugueses – Sua filiação e metamorfose [...]**. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.
- SANTILLI, Maria Aparecida. **Cabo Verde: Ilhas do Atlântico em prosa e verso**. São Paulo: Arte & Cia, 2007.
- SILVA, A. da C. e. **A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

